



REVISTA DE ESTUDOS EM ARTES CÊNICAS
E-ISSN 2358.6958

Ecossomática: reflexões acerca de práticas ecológicas ante os desafios socioambientais do Antropoceno

Cláudia Regina Garcia Millás

Para citar este artigo:

MILLÁS, Cláudia Regina Garcia. *Ecossomática: reflexões acerca de práticas ecológicas ante os desafios socioambientais do Antropoceno*. **Urdimento** – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v.3, n.56, dez. 2025.

 DOI: 10.5965/1414573103562025e0104

Este artigo passou pelo *Plagiarism Detection Software | iThenticate*



A Urdimento está licenciada com: [Licença de Atribuição Creative Commons](#) – (CC BY 4.0)



Ecossomática: reflexões acerca de práticas ecológicas ante os desafios socioambientais do Antropoceno¹

Cláudia Regina Garcia Millás²

Resumo

Este ensaio propõe-se a refletir acerca da necessidade de se repensar os currículos, abordagens metodológicas, planos de ensino e espaços de formação nas artes corporais ante os desafios socioambientais presentes na época que vivemos, o Antropoceno, trazendo para o debate a ecossomática: conjunto de práticas ecológicas que visa a criação de pensamentos/ações engajados e responsivos.

Palavras-chave: Antropoceno. Arte. Ecologia. Ensino. Somática.

Ecosomatics: reflections on ecological practices in the face of the socio-environmental challenges of the Anthropocene

Abstract

This essay aims to reflect on the need to rethink curricula, methodological approaches, teaching plans, and training spaces in the body arts in light of the socio-environmental challenges present in the era we live in, the Anthropocene, bringing *ecosomatics* into the debate: a set of ecological practices that aims to create engaged and responsive thoughts/actions.

Keywords: Anthropocene. Art. Ecology. Teaching. Somatic.

Ecosomática: reflexiones sobre prácticas ecológicas ante los retos socioambientales del Antropoceno

Resumen

Este ensayo se propone reflexionar sobre la necesidad de replantearse los planes de estudio, los enfoques metodológicos, los planes de enseñanza y los espacios de formación en las artes corporales ante los retos socioambientales presentes en la época en que vivimos, el Antropoceno, trayendo al debate la *ecosomática*: conjunto de prácticas ecológicas que visa la creación de pensamientos/acciones comprometidos y receptivos.

Palabras clave: Antropoceno. Arte. Ecología. Enseñanza. Somática.

¹ Revisão ortográfica, gramatical e contextual do artigo realizada por Leandro Silva de Oliveira. Mestrado em Teoria e Crítica Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bacharel e licenciado em Letras pela UNICAMP.

² Pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutorado em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestrado em Artes da Cena pela UNICAMP. Graduação – Licenciatura e Bacharelado em Dança pela UNICAMP. Prof. Adjunta no Depto. de Arte Corporal pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). claudinhamillas@hotmail.com http://lattes.cnpq.br/1442854711325339 https://orcid.org/0000-0002-5970-3195



Bem-vindos aos Antropoceno!

Estamos vivendo em uma excepcionalidade do Sistema Terra na qual a espécie humana, com sua lógica egocentrada – decorrente, em grande parte, do sistema econômico capitalista global que visa a exploração sem limites para obtenção de lucro a qualquer custo - está inaugurando uma possível nova época dentro da história geológica do planeta: o *Antropoceno*, termo sugerido oficialmente por Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000). Esta seria, por esse viés, uma época marcada pelas crescentes desigualdade social e degradação ambiental e, na qual, o ecocídio forjado torna-se um verdadeiro suicídio e até mesmo um genocídio, uma vez que é a própria existência da humanidade que está em xeque.

Importante destacar que o Antropoceno não foi considerado, formalmente, como uma unidade geológica, segundo o *Anthropocene Working Group* (AWG, 2024), corpo da Comissão Internacional de Estratigrafia, responsável por examinar a proposta de Crutzen e Stoermer como uma possível unidade de tempo geológico (crono-estratigráfico) e adição potencial à Escala de Tempo Geológico a partir de conceitos da geologia. Contudo, o termo, atualmente informal, surge como uma palavra científico-popular usada por cientistas, pelo público cientificamente engajado e pela mídia para designar o período da história da Terra durante o qual os seres humanos têm uma influência decisiva sobre o estado, a dinâmica e o futuro do Sistema Terra. Tendo já provado ser altamente útil para as comunidades de pesquisa científica das mudanças globais e do Sistema Terra, o termo, portanto, deve continuar a ser usado.

O Antropoceno marca o colapso socioambiental que vivemos, fruto das ações antrópicas como: emissão de gases de efeito estufa na atmosfera a partir da queima de combustíveis fósseis e atividades agropecuárias; produção desenfreada de lixo; poluição das águas, do ar e do solo; extinção de espécies; introdução de novas entidades na natureza; incentivo de formas agressivas de cultivo que transformam paisagens em locais empobrecidos com sua ordem monocromática; e avanço das desigualdades sociais, aumentando a precariedade de vida das minorias.

Desde a década de 60, cientistas como Rachel Carson (1969) alertam-nos



para os riscos crescentes à saúde humana e de outras espécies com relação ao uso de substâncias químicas sintetizadas como os pesticidas (inseticidas, fungicidas e herbicidas). O último relatório produzido pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, 2023) afirma que é inequívoco o fator antrópico para as graves e preocupantes transformações, sendo consenso entre os cientistas de todo o mundo que as mudanças recentes no clima são generalizadas, rápidas, intensificadas e sem precedentes em pelo menos 6.500 anos. Os diversos especialistas que compõem o Painel são enfáticos em mencionar que, a menos que haja reduções imediatas e em grande escala nas emissões de gases de efeito estufa, limitar o aquecimento a 1,5°C pode ser impossível, o que já traz diversos impactos nas vidas do planeta, com aumento de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, chuvas fortes e concentradas, e secas mais severas e frequentes. Ademais, segundo Kolbert (2015), somos responsáveis pela sexta extinção em massa do planeta, já em curso, contribuindo para a perda de uma rica biodiversidade ao impormos nosso modo de vida e nos alastrarmos por todo o globo terrestre.

Não obstante, o Antropoceno também marca a desigualdade dos impactos: uma pequena parcela da população humana mundial, que concentra a maior quantidade de riquezas, é a principal responsável pelo atual cenário. No entanto, quem sofrerá primeiro e de forma mais direta esses impactos será a parcela mais pobre, que menos contribuiu para que os estragos fossem feitos.

Vale ainda destacar que diversos autores ampliam a discussão e propõem diferentes termos para denominar esta época, uma vez que entendem que o termo Antropoceno poderia trazer uma leitura equivocada da realidade, generalizando a ideia de humanidade, independente de contexto histórico, social, político e cultural, como se todos os seres humanos fossem iguais, agissem da mesma forma e tivessem o mesmo nível de impacto sobre o Sistema Terra. Destacam-se entre as propostas de nomeação da atualidade: Capitaloceno, de Jason Moore (2022) abraçado por outros pesquisadores; Piroceno de Stephen Pyne (2023); Plantationceno, que emergiu de discussões entre antropólogos (Haraway et. al, 2016); Tecnoceno de Flávia Costa (2021); e Chthuluceno de Donna Haraway (2023).



Como aponta Donna Haraway (2015), talvez sejam necessários múltiplos nomes que evidenciem diferentes aspectos das fraturas ecológico-sociais presentes, para que possamos ter uma dimensão mais complexa da realidade.

Note-se, como exemplo, que o termo Capitaloceno coaduna com discussões correntes que trazem o capitalismo enquanto cerne dos problemas socioambientais. Isabelle Stengers (2015), identifica o capitalismo como uma máquina com poder de captura de nossas vidas, práticas e realidades, impondo a nível planetário um “desenvolvimento” que é cego às suas consequências, a não ser aquelas que podem acarretar mais lucro para poucas pessoas. Ailton Krenak nos lembra que “o capitalismo quer um mundo triste e monótono em que operamos como robôs” (Krenak, 2022, p. 38). E Luiz Marques (2018), entende o capitalismo globalizado como uma economia da destruição, o ápice do colapso ambiental em que vivemos.

De igual importância são as discussões apresentadas por Marques (2023) em *O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência* que, de forma minuciosa e com rigor científico, discorre sobre a urgência em agirmos de forma lúcida ainda nesta década de 2020. Conforme enfatiza esse autor, “à humanidade, não resta alternativa senão se insurgir contra o fracasso iminente de seu potencial e contra a ameaça crescente de sua própria extinção, e é nessa falta de alternativa que reside, paradoxalmente, a força dessa insurgência” (Marques, 2023, p. 460).

Assim, o que estamos vivendo não se trata de uma crise passageira, mas uma emergência e, portanto, como aponta Ian Angus, “dar respostas ao Antropoceno deve ser uma parte central de nossos programas, teorias e atividades no século XXI” (Angus, 2023, p. 24).

Os assuntos relacionados aos desafios socioambientais que estamos vivendo não podem ser exclusividade de especialistas, como biólogos, ecólogos, geólogos ou físicos do clima, mas de toda a humanidade. Essas questões precisam ser tratadas com prioridade em nossas vidas. Por sua magnitude e importância, devíamos todos estar estudando, discutindo e buscando alternativas para superá-las.

Diante deste cenário, no contexto da educação brasileira, podemos



questionar: continuamos com a mesma formação, com a mesma finalidade e da mesma forma? Que educação seria necessária face à problemática atual em que vivemos um colapso socioambiental? Como trabalhar para a formação enquanto prática libertadora, que potencializa os corpos, concebendo e alimentando a diversidade de formas de expressão, sem que se torne uma prática que dociliza os corpos, fazendo com que percam o poder de ação e reflexão?

Talvez, o que precisamos formar seja, então, pessoas que tenham capacidade de refletir e intervir na realidade, dispostas a criar outros modos de agir/pensar/sentir o mundo, com proposições para enfrentar os desafios do nosso século (ou mesmo década, pois estamos falando de ações aceleradas) e não pessoas assujeitadas, que simplesmente reproduzam padrões, adentrando no sistema pré-estabelecido, corroborando para a perpetuação dos problemas mencionados ou, pior, intensificando-os.

No contexto da educação brasileira, vale ressaltar duas leis que tangem a questão ambiental. A primeira delas, a lei 9.795 de 27 de abril de 1999, no artigo segundo, elucida que a educação ambiental deve ser compreendida como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Brasil, 1999). Neste sentido, a lei n.14.926 de 17 de julho de 2024, que altera a primeira, versa sobre a política nacional de educação ambiental, destacando no quarto parágrafo do décimo artigo que:

será assegurada a inserção de temas relacionados às mudanças do clima, a proteção da biodiversidade, aos riscos e emergências socioambientais e outros aspectos referentes à questão ambiental nos projetos institucionais e pedagógicos de educação básica e da educação superior, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais (Brasil, 2024).

Sendo assim, desde 2024, temos assegurado por lei que as questões ambientais devem estar presentes na educação, desde o nível básico até o superior, de forma transversal a todas as áreas e campos do saber.

O que nos interessa refletir, neste ensaio, é sobre como essas questões podem estar presentes quando tratamos do ensino das artes corporais em



escolas, universidades ou espaços informais. Para tanto, este texto, de forma ensaística, não se propõe a apresentar propostas concretas com soluções para o problema, mas sim, reflexões e problematizações que busquem despertar, em cada docente, a tentativa de trilhar um percurso pedagógico singular, levando em consideração cada contexto de atuação. Nesse sentido, as proposições aqui presentes são fruto de reflexões e anseios, enquanto dimensão teórica do problema socioambiental, valendo-se, principalmente, da ecossomática enquanto conjunto de práticas ecológicas que visa a criação de pensamentos/ações engajados e responsivos.

Educação Somática

No campo do ensino da dança e do teatro, muitas vezes, trabalha-se com uma perspectiva somática na qual se valorizam ações baseadas na percepção de si, a partir do desenvolvimento de uma consciência corporal.

Thomas Hanna (1990, 1991, 2004) criador do termo *educação somática*, desenvolve a diferença entre corpo e *soma*. Elucida que o corpo seria aquele visto de fora, por outra pessoa. Já o segundo termo, se refere a estrutura vista pela primeira pessoa, por meio de seus sentidos proprioceptivos. Segundo o autor, o *soma* envolve autoconhecimento e a percepção íntima de si mesmo. Assim, como assume Hanna (1990): um ponto de vista de fora só pode observar um corpo humano e um ponto de vista de dentro só pode observar um *soma* humano, isto é, o seu próprio corpo. Neste sentido, *soma* e corpo seriam iguais enquanto valor, mas distintos enquanto fenômenos observados.

A fim de evitar possíveis equívocos, cumpre-nos ressaltar a diferença entre a palavra ‘*soma*’ de origem latina, *summus*, ligada semanticamente à adição no contexto matemático, da outra palavra de origem grega, *sôma*, que está relacionada com o corpo de forma mais ampla. Conforme explicita Fortin (2011, p.28): “o *soma*, o corpo vivo no seu conjunto, não pode ser reduzido à soma de seus componentes corpóreos, cognitivos, sociais, emotivos ou espirituais”.

Segundo Hanna (1990, 1991, 2004), somática seria, então, um campo de estudo que lida com o fenômeno somático do ser humano quando experimentado por ele mesmo a partir de seu interior. Neste sentido, o ser que se auto observa



não é passivo, mas age sobre si mesmo e está envolvido em seu processo de autorregulação.

Na educação somática, entende-se que não é possível agir sem sentir e vice-versa. O sistema sensório-motor é o guia do trabalho. Entende-se que sentir o que está acontecendo consigo mesmo já seria agir sobre si mesmo, realizando um processo de autorregulação, que garantiria a existência da estrutura corporal externa.

Assim, os dados somáticos obtidos nestes estudos não precisariam ser mediados e interpretados por meio de um conjunto de leis universais para se tornarem factuais. Seriam, necessariamente, singulares e diversos, verdadeiros para cada pessoa que os observa.

Poderiam ser consideradas abordagens de educação somática desenvolvidas ao longo do século XX: a Eutonia criada pela alemã Gerda Alexander em meados do século passado; as práticas desenvolvidas por Elsa Gindler, também na Alemanha na primeira metade do século; a Técnica Alexander desenvolvida ao longo das primeiras décadas do século XX pelo australiano Matthias Alexander; o Método Feldenkrais criado a partir de 1940 pelo ucraniano israelense Moshé Feldenkrais; o Body-Mind-Centering (BMC) fundado na segunda metade do século XX pela norte americana Bonnie Bainbridge Cohen; o Rolfing, desenvolvido ao longo de décadas pela norte americana Ilda Rolf até culminar no método em 1950; o método de Cadeias Musculares e Articulares GDS da congo-belga Godelieve Denys-Struyf criado entre 1960 e 70; e, no caso brasileiro, as práticas desenvolvidas por Klauss Vianna desde a década de 50 e por Angel Vianna, que resultaram na criação de uma metodologia e escola de formação própria.

Fortin (2011) comprehende a educação somática como práxis, uma prática reflexiva e crítica, que transcende conceitos. Segundo a autora: “a educação somática é um verdadeiro laboratório de percepções” e as tomadas de consciência “não resultam somente em uma reorganização dos músculos profundos e superficiais do corpo, mas num novo modo de estar presente no mundo e numa nova perspectiva acerca desse mundo” (Fortin, 2011, p.33).

A autora acredita que, apesar de termos hábitos ancorados e resistentes à



mudança, a partir dos trabalhos persistentes advindos da via somática, podemos, aos poucos, adquirir novos comportamentos e pensamentos. Ressalta que “para o educador somático, convém despertar nos jovens artistas tanto o saber-sentir como o saber-agir” (Fortin, 2011, p.37). Sylvie Fortin questiona também como podemos passar de uma egossomática para uma ecossomática: “acredito que uma prática de consciência sobre si pode ajudar numa transformação dinâmica relacional com nosso entorno” (Fortin, 2011, p.37).

Assim, com a problemática do Antropoceno colocada nos tempos em que vivemos, alguns autores começaram a considerar a necessidade de se trabalhar o ensino de artes corporais, assumidamente, por meio de uma abordagem ecológica, em que a somática esteja vinculada.

Nessa perspectiva, objetiva-se que o trabalho de Educação Somática seja o de construir uma consciência de si que não esteja destacada da consciência do outro e do meio em que se vive, visto que as práticas com abordagem somática teriam o entendimento de um corpo indissociável do meio ambiente. Em resposta às degradações ambientais, tais práticas apresentariam possibilidades de um pensar/fazer/sentir ocupado com o mundo que se vive, como sugere Sylvie Fortin (2011) a partir do termo ecocentrado para uma prática engajada.

Surge, então, a *ecossomática*³ como proposta de trabalho que tem como objetivo explícito a relação da somática com a ecologia. Nessa perspectiva, vale lembrar, como ressalta Latour, que “a ecologia não é o nome de um partido, nem um tipo de preocupação, mas sim um apelo para mudarmos de direção: ‘Rumo ao Terrestre’” (Latour, 2020b, p. 73).

Ecossomática

Joanne Clavel e Isabelle Ginot (2015), observam que, apesar da fenomenologia de Merleau-Ponty dar ênfase na continuidade entre o eu e o mundo, este considera esta relação apenas da perspectiva dos humanos. De forma similar, a Ecologia Perceptiva iniciada por James J. Gibson, que conceitua *affordance* como uma ação

³ *Ecossomática* é uma tradução livre do termo em francês “écosomatiques” (Bardet, Clavel, Ginot, 2024) e do termo em inglês “ecosomatic” (Nelson, 2018).



oferecida pelo meio, não estende a interação com outros reinos, para além do animal, por julgar que plantas, por exemplo, são inanimadas.

Clavel e Ginot (2015) pensam que, muitas vezes, as interações pretendidas estabelecem uma relação utilitarista, em que somente um agente se favorece, no caso o ser humano. As autoras consideram que se exclui do que possa vir a ser o outro, em nossa dimensão de alteridade, tudo aquilo que não é humano: “O ponto de vista da Ecologia impõe a seguinte pergunta: além dos interesses diretos pessoais ou sociais que se podem tirar das interações sociais, em que medida se pode abrir o nós da interação aos não humanos?” (Clavel; Ginot, 2015, p. 89).

Assim, essas autoras questionam sobre o valor intrínseco dos seres não humanos, fora aquele valor atribuído por nós. A abordagem ética da Somática, poderia então se pautar em uma perspectiva ecocêntrica, em que para além da consciência de si, não destacada da consciência do meio, também possa se pensar numa consciência do outro, como aquilo que não somos nós. Para tanto, seria necessário descentrar a perspectiva de si, como único, universal ou mais importante na supremacia antropocêntrica, para nos vermos como parte pertencente de uma comunidade biótica maior na qual a interação pode acontecer de forma dinâmica.

Nesse ponto, encontra-se a ecosofia de Félix Guattari (2012), quando nos incita a pensar em três registros ecológicos: da subjetividade humana, das relações sociais e do meio ambiente. Sendo assim, o trabalho de formação nas artes corporais a partir de uma abordagem (eco)somática, poderia ampliar a sensação de conexão do participante numa tríplice esfera, ou seja: consigo mesmo, com o outro (para além do humano) e com o mundo que se vive, zelando pelo resgate da sensação de pertencimento ao meio.

No entanto, cabe nessa discussão, a importante contestação de Povinelli (2023) da separação que costumamos fazer entre os vivos e os não vivos, quando consideramos o Outro somente os seres e não as estruturas e elementos que compõe a Terra. A autora conclama:

Se eles têm parte, que tomem parte. Deixemos que falem! O animal não humano, a pedra, o rio, a praia, o vento e o solo: que sejam escutados, que sejam representados e representáveis na governança da terra. Eles



também possuem linguagem. Eles também são agentes (Povinelli, 2023, p. 209).

Povinelli (2023) nos convida a percebermos as diferentes formas de existência. E, para isso, estender nosso entendimento para além dos seres vivos, a todas as formas de existência do planeta: vento, montanha, rio, pedra, mar, geleira, oceano. Para essa autora e para diversos povos ancestrais, todas essas entidades são existências de direito. Mas como dar voz a elas? Como conseguir escutá-las? Como percebê-las?

Neste sentido, o interessante exercício de alteridade proposto por Latour (1994), *O parlamento das coisas*, poderia ser uma maneira de começarmos a brincar com essas vozes e escutas, ampliando nosso referencial, em busca de uma possível justiça na governança global, para que outras existências tenham seu direito assegurado ou, pelo menos, representado.

Se os rios falam (Krenak, 2020), as montanhas escutam (Povinelli, 2023), e as florestas pensam (Kohn, 2021), precisamos aumentar nosso repertório léxico, ampliar nossa escuta e nos propormos a considerá-los. Ademais, dentro da discussão trazida no campo da ecossomática, seria necessário levar em conta a diversidade de seres humanos, com suas diferentes culturas, crenças, histórias, corpos... para não dizer de condições econômicas e sociais.

Clavel e Ginot (2015) questionam, dentro da educação somática, a naturalização e universalização de um tipo de corpo dentre os seres humanos, o da elite economicamente hegemônica, como acontece na história social. Nesse contexto, as autoras admitem que existem padrões corporais impostos como referência: homem, branco, cis, heterossexual, rico, europeu ou norte americano.

Assim, levar em consideração a diversidade de corpos, histórias e contextos na somática, seria tomar uma posição política crítica com relação aos mercados e à economia do cuidado, da estética e da arte. Seria necessário tomar consciência do eu e do não-eu, ou seja, tomar consciência dos outros seres humanos que existem para além de mim e também dos outros seres, que existem para além de nós, e outras existências para além dos seres vivos.

Também Giorgio (2015) discursa sobre a necessidade de produzirmos



conhecimento situado dentro do campo das somáticas. A autora questiona que, por trás de um discurso singular de cada corporeidade, a maioria dos métodos somáticos tem como referência um corpo homogêneo universal, a-histórico e ocidental.

Como visto anteriormente, a maioria das abordagens somáticas teria sido criada na Europa e nos Estados Unidos, dentro de contextos bastante específicos. Assim, Bardet, Clavel e Ginot (2024), corroboram com a necessidade de uma abordagem situada nos territórios de vida e locais de trabalho. Nesse sentido, a ecossomática questionaria o significado político das práticas somáticas em sua dimensão social, ética e ambiental. Essa abordagem teria o potencial de *autoinvenção* e de invenção do mundo em termos de transformação socioambiental. Portanto, as autoras julgam que práticas somáticas e perspectivas ecológicas precisam ser pensadas em conjunto a partir de metodologias teóricas e práticas.

Ademais, a proposição de uma abordagem ecossomática justificar-se-ia pela necessidade de nos percebermos em reciprocidade dinâmica e contínua com o ambiente, mas, também, de nos percebermos como um ecossistema, um ambiente em que compartilhamos e somos feitos de muitos outros seres, não-humanos, que nos compõe e com os quais interagimos dinamicamente.

Clavel e Ginot (2015) lembram-nos de que somos um ser, mas, igualmente, somos um meio no qual vivem diversos outros seres: “trata-se de pensar o exterior e o interior como um *continuum* de interação” (Clavel; Ginot, 2015, p. 97). Percebe-se a necessidade de colocar foco na relação do sujeito com o meio, quando um é afetado pelo outro; de pensar em como e quanto cada um de nós afeta o meio em que vive; e de entender a percepção como troca entre o sujeito e o meio ambiente, reforçada pela ideia de Merleau-Ponty de que existe uma continuidade entre o eu e o mundo. Assim, podemos considerar que experimentamos o mundo e interagimos com ele a todo momento.

Sendo assim, Clavel e Ginot (2015) concordam com Sylvie Fortin de que a somática precisaria se pautar em uma lógica ecocentrada, que não se limita na percepção de si, mas percebe os outros e o espaço em que se vive.



Reforçam este discurso Bardet, Clavel e Ginot (2024), ao afirmar que “as práticas somáticas não buscam modelar um corpo de acordo com um esquema predefinido, mas sim modular as relações com o contexto, consigo mesmo e com os outros” (Bardet; Clavel; Ginot, 2024, p. 10). Neste sentido, reiteram que a questão relacional não seria a polarização entre dois termos, como corpo-mente, mas como interação entre eles, ou um tipo de fusão. Assim, o aspecto relacional contaria mais do que os próprios elementos. O corpo seria composto por diversas formas de relacionamento.

As autoras acreditam que, fundamentalmente, a definição de Thomas Hanna para a somática seria a arte e a ciência dos processos de interação sinérgica entre a consciência, o funcionamento biológico e o ambiente. No entanto, percebem que, geralmente, essa interação está menos explícita nessas práticas quando se trata da relação do indivíduo com o meio ambiente do que com a indissociabilidade entre corpo, mente, pensamento etc. Por isso, o uso do termo *ecossomática* poderia trazer o entendimento desta relação mais explícita entre somática e ecologia, entre o ser e o mundo em que vive (e o modo como vive).

Para a autora Nala Walla (2016), a chave para a restauração ecológica seria a reconexão com a Terra. A autora considera que, para muitas pessoas, isso seria deixar os centros urbanos e retornar para o meio rural, como parte de uma, ainda pequena, mas possível reversão demográfica. No entanto, acredita que ainda podemos observar movimentos de reconexão no próprio meio urbano, como, por exemplo, com ações de coletivos para o cultivo de hortas, fortalecimento da educação e da cultura.

Walla (2016) julga ainda ser bastante forte a ideia de que trabalhar com a terra seja considerado algo desprezível para as sociedades ocidentais modernas, nas quais as pessoas são motivadas a estudar para sair do campo e prosperar na cidade, pois considera-se que colocar a mão na terra, envolvendo diferentes técnicas e formas de cultivo, não necessitaria de estudo, por ser um trabalho braçal e, assim, desvalorizado.

Essa autora (Walla, 2009) propõe que, ao pensarmos o corpo como um território, nossa primeira casa, que necessitamos conhecer, ligar-nos-íamos com



a Terra diretamente pela carne. Assim, a autora julga que as artes corporais poderiam auxiliar-nos nesta (re)conexão, por meio de práticas ecossomáticas que permitem conhecer a si mesmo, observar-se, para, então, observar aos outros e ao espaço em que se vive.

Ainda Walla (2010) considera que a prática da ecossomática pode curar uma possível separação entre mente, corpo e terra, ao incentivar a percepção sensorial direta do próprio corpo, tanto por ser um ambiente natural, como por viver em um ambiente natural. Para a autora, perceber as analogias entre os padrões da natureza e os que sentimos no nosso próprio corpo, pode nos ajudar a criar um pensamento ecológico eficaz.

Neste sentido, Matthew Nelson (2018) trata de uma possível ecologia incorporada a partir da ecossomática e da permacultura, justificando que a permacultura é, para a ecologia, o que a somática é para a cinesiologia, a psicologia e a fenomenologia.

Nelson (2018) considera que somos organismos vivos pertencentes a um sistema igualmente vivo e complexo. Por meio do cuidado, tanto a permacultura quanto a somática, dispõem-se a conhecer e interagir com o ambiente. Entre esses dois campos, percebe que existem convergências como a presença da: resiliência, enquanto capacidade de um sistema sobreviver e persistir em um ambiente adverso; diversidade, como forma de adaptabilidade; eficiência, na otimização do movimento, sem gastar energia desnecessariamente ou “produzir desperdício”; e observação contínua como forma de criação e interação.

Para Walla (2009), embora o termo ecossomática tenha surgido dentro de uma linguagem científica construída pelo ser humano moderno, com uma visão racional de mundo, o conceito aí embutido é tão antigo quanto a própria humanidade, além de ser compreendido e praticado pelas culturas indígenas ancestrais há centenas de anos. Nesse sentido, a autora considera a ecossomática como uma tecnologia leve, que depende apenas de nossos recursos internos, de dentro de nós mesmos, como uma estratégia de sobrevivência inteligente. Seria um movimento de regressar à casa, ao nosso próprio corpo, como uma forma de enraizar na Terra com nossa carne: habitar o corpo, o território, o tempo.



A partir da relação entre dança e trabalho, conforme Walla (2009) explicita, práticas somáticas do oriente como a Yoga teriam surgido para sintonizar corporeamente com as tarefas do dia a dia, como agachar e levantar para construir e manter uma casa, erguer os braços para colher alimentos, carregar peso para transportar água, cavar um buraco para cultivar determinada planta e assim por diante, sem prejudicar as costas, a coluna ou os joelhos. Para a autora, esses exemplos seriam a relação intrínseca entre dança e trabalho, arte e vida.

Ademais, como cidades e áreas de plantio não se constroem sozinhos, Walla (2009) percebe que para criar *habitats* ecológicos, devemos nos libertar dos estigmas e preconceitos associados ao trabalho manual e cultivo da terra, para dar as boas-vindas ao suor provindo do esforço físico. A autora acredita que precisamos nos colocar em ação, para plantar, semear, cuidar e construir, sem delegar o “trabalho sujo” para outras pessoas. Assim, a autora conclui que somente corpos e comunidades saudáveis, trabalhando em cooperação, poderiam alcançar a vitalidade desejada.

Como benefício da ecossomática, Walla (2009) alega que nos últimos anos ela tem facilitado muitos projetos de trabalho na terra e de construção que integram a dança, a canção, o trabalho corporal, o descanso e a brincadeira no local de trabalho, com resultados que são simultaneamente estimulantes e divertidos.

Reflexões e proposições

E se, ao invés de ficarmos em nossas salas de aula estéreis, dedetizadas, limpas, com pisos de madeira envernizada, fechadas por quatro paredes, equipadas com ar condicionado e luz elétrica, nós fôssemos para uma rua, uma praça, bosque ou mata, desenvolver uma aula ou trabalho corporal, em convivência com outros modos de existência?

Imagine uma prática corporal que, em lugar de termos como única referência nossos iguais de espécie, e muitas vezes iguais de cultura, classe social e raça, nós pudéssemos ver os Outros, diferentes de nós quanto estrutura corporal, modo de comunicação, sensibilidade e inteligência? De que maneira poderíamos ser guiados e atravessados também por estes Outros, humanos e mais que



humanos⁴?

Como seria, ao longo de uma atividade, poder ver um grilo saltitar ao seu lado ou uma abelha voar ou uma formiga carregadeira trabalhar, sem ter como primeiro ímpeto a ação de tentar matá-los?

O que mudaria em nossos corpos e pensamentos, e em nosso modo de observar o mundo, se, ao longo de uma prática corporal, quando olhamos para cima, não vissemos um teto, mas o céu composto com suas nuvens, pássaros e insetos? Ao virarmos para o chão, entrássemos em contato com os diversos pequenos seres que transitam? Se pudéssemos escutar as formigas abrindo suas carreiras na mata? Se, à nossa frente, tivesse uma árvore, com todo seu universo de seres? Se nos colocássemos a sentir os cheiros, as texturas e as variação da luz do sol?

Se passarmos a conhecer o que são estes Outros - seres, elementos e estruturas da Terra, diferentes de nós humanos - se passarmos a ter consciência de suas existências, talvez, deixando de ignorá-los, não os pisotearemos, ou, deixando de nos sentir ameaçados por eles, não os ameaçaremos, ou ainda, com alguma intimidade, não os veremos mais como recursos naturais e, por isso, não os devoraremos. Assim, poderemos compartilhar os mesmos espaços, e, o mais importante, consentiremos os seus direitos de existência. Nesse sentido, compartilhamos mais uma vez Latour (2020b, p.25):

no fim das contas, a única coisa que interessa não é saber se a pessoa é contra ou a favor da globalização, contra ou a favor do local, mas sim entender se ela consegue registrar, manter, respeitar o maior número de possibilidades de pertencimento ao mundo.

Para tanto, como primeiro passo para uma transformação ecossocial urgente e necessária, acreditamos ser preciso entrar em contato com o problema, ter dimensão do que nos assola e saber quais são os riscos e consequências. Não podemos mais ignorar, por exemplo, as mudanças climáticas em curso. Precisamos colocá-las como ponto de pauta em nossas reuniões, conversas e debates, mas principalmente nas escolas, nos centros de formação e

⁴ Termo cunhado por David Abram em seu livro *The Spell of the Sensuous: Perception and Language in a More-Than-Human World*.



universidades. Esses assuntos têm que ser tratados por todas as áreas e em todos os níveis de formação.

Será necessário colocar em prática projetos transdisciplinares, com profissionais de diferentes áreas, para que possamos integrar os conhecimentos e criar uma rede mais complexa de percepção do problema: entender o que está acontecendo, como cada fenômeno se dá, quais as causas e consequências e de maneira poderemos enfrentá-los.

Propomos começar com práticas situadas, que buscam mapear o próprio território onde cada um habita, e, a partir daí, direcionar o movimento do conhecimento pelos temas que se apresentem, abrindo espaço para novas perguntas.

Poderiam ser consideradas práticas ecossomáticas a proposição de ações cartográficas sensíveis, como o caminhar sem paradeiro (vaguear) pelo bairro ou região onde vive, abrindo-se para encontros fortuitos que não são possíveis no dia a dia corrido, buscando mapear os locais por onde percorreu e existências com quem encontrou.

Ao longo dessa trajetória seria interessante: propor-se a permanecer desconectado (*offline*), sem intermediação de máquinas, ao longo das ações, para que o próprio corpo seja o guia; observar de diferentes maneiras diferentes coisas e por diferentes pontos de vista; mapear também o movimento das nuvens; caminhar descalço e de olhos fechados em diferentes chãos; experimentar outros modos de ver, tateando e tocando o espaço; sentir a luz, os cheiros, os sons, as cores, texturas, formas, pulsões, ânimos; colocar-se em estado ativo de recepção.

Podemos buscar acompanhar e mapear também alguns percursos, seja da água que chega limpa na torneira de nossa casa e sai suja pelo ralo, ou mesmo do alimento que compramos no supermercado e o lixo que colocamos na rua, sempre buscando responder as questões norteadoras do percurso: de onde vem e para onde vai?

Não obstante, dentro dessa cartografia sensível, podemos investigar algum ser mais que humano e não doméstico por longo período (semanas, meses ou ano), para que o estranho se torne um pouco mais familiar e desejável.



Sobre estas ações, quais histórias poderiam ser contadas? Seria possível dar voz aos outros seres, elementos e estruturas que cada cartógrafo encontrou? Como essas outras existências falariam e o que contariam sobre nós, humanos?

Se pegarmos o caso específico da ação de acompanhar o percurso de um rio, o mais próximo da casa de cada praticante, por exemplo, como lhe apresentar? Qual nome, origem e destino? De onde vem e para onde vai? Como é, qual cor, cheiro, tamanho? Quais memórias, histórias e desejos tem esse rio?

Podemos criar outras narrativas sobre essas existências, dando-lhes o direito de também falar e nos contar as suas histórias. Nesse sentido, como já exposto, o *Parlamento das Coisas* proposto por Bruno Latour (1994), poderia nos servir de referência e inspiração para a criação de jogos de alteridade que brincassem com as identidades e buscassem colocar outras vozes e pontos de vista nas narrativas circundantes.

Esse jogo de criação poderia ter como pano de fundo um encontro entre diferentes agentes, que pode ser desde uma roda de conversa informal até um evento para tratar de negociações. Todos os participantes do encontro falariam sobre o mesmo assunto, mas a partir de sua própria perspectiva, defendendo as suas ideias e interesses. Se o tema do debate fosse mineração, por exemplo, poderiam ser chamados para falar: a montanha que está sendo fatiada e devorada pelas máquinas; o geólogo especialista no tema que desenvolve o projeto de mineração; o representante do Estado onde acontece a ação; o dono da empresa mineradora que lucra com o negócio; os mineradores que trabalham na obra; o rio que recebe os rejeitos e se encontra em coma; e os moradores locais da região onde acontece a ação, desde humanos até plantas, animais, fungos e bactérias. Cada participante do debate será representado por uma pessoa que irá participar do jogo. Essa pessoa tentará dar voz à existência que representa, trazendo o máximo possível de conhecimento sobre ela.

No caso do representante da montanha, como falar a partir deste lugar? Como escutar a montanha, entrar em contato com suas histórias? Como conhecê-la para além de sua composição formal? Como se colocar em estado de escuta, atenção e cuidado nestas ações de observação e mapeamento, para que seja



possível ver ao Outro que se apresenta a nós? Como observar e se “vestir” desse Outro?

O cuidado, como veremos, será uma chave para o processo de lidar com os diversos problemas do Antropoceno, que não é só de uma pessoa, mas planetário. Não se trata de responsabilização individual, de como uma pessoa age, mas de como vamos agir enquanto sociedade. Latour (2020a) nos fala da necessidade de criarmos um percurso de cuidados, como um caminho a ser trilhado, o que implica na ação de desacelerar, saindo de uma lógica automática de resposta, para adentrar num movimento que necessita de escuta e sensibilidade. Agir com senso de urgência não é o mesmo que agir com pressa ou afobação. Urgência não tem a ver com velocidade, mas com prioridade de ação. Assim, necessitamos aumentar nossa capacidade de observação atenta, desarmando os modos viciados de produtividade acelerada do capitalismo, enquanto sistema econômico global.

Nesse sentido, diversas práticas (eco)somáticas podem ser acionadas para tal finalidade de ativar um corpo sensível, que consiga perceber o tempo de outra maneira, se colocando presente na ação. Para pensarmos sobre isso traremos como exemplo o estudo desenvolvido por Millás (2020) na perspectiva da escalada em ambiente natural enquanto prática ecológica:

Viver a escalada com sua prática vertiginosa e de encantamento, arriscada e não habitual, em que o praticante se envolve por inteiro, sem medir esforços, numa concentração plena que une corpo e mente no momento presente, sentindo-se mais desperto e com os sentidos aguçados, permitiu pensar a atividade como uma possibilidade de emancipação, enquanto potência de transformação, e a construção de uma postura ecológica por meio da sensação de conexão numa tríplice vertente: consigo, com o outro e com o mundo (Millás, 2020, p.18).

A autora propõe o termo *corpo-em-fluxo* como uma qualidade corporal específica em que o praticante ultrapassa a si mesmo, em processo de diferenciação e integração, sentindo-se como parte do meio em que vive. Com essa qualidade, Millás (2020) comenta que ao chegar na base da montanha, seria possível sentir que não se trata de uma estrutura inerte, sem vida, mas que pulsa imponente, como uma entidade que se apresenta:

depois de se caminhar por trilha em relevo já inclinado e sinuoso, mas



ainda na condição bípede, até chegar à rocha, a primeira sensação que se pode ter é a de pausa. Trata-se de uma pausa de contemplação, como uma parada que antecede a prática em si, se pensar no movimento de subida vertical. A rocha surge majestosa. Como o início de um respiro, lento e profundo, percebe-se que algo se transforma. Poder-se-ia dizer que é o início do estado de fluxo que se instaura (Millás, 2020, p.6).

Já ao escalar, quando o corpo está lúcido, engajado e interessado na ação, lidando com o equilíbrio sutil entre a segurança e o risco, que exige concentração plena, sem gasto de energia psíquica com qualquer distração, seria possível sentir-se integrado na paisagem à medida que se move. A pele se tornaria extensível. A cada toque o escalador se tornaria um pouco mais rocha e poderia se metamorfosear com o mundo. Ao final da prática, poderia se sentir mais integrado com o próprio ambiente:

Seu corpo se integra à paisagem na medida em que se move e, nesse movimento de suor e resistência, torna-se um pouco mais rocha, árvore e vento, aumentando de tamanho, ficando na proporção do mundo. Torna-se extensão do mundo (Millás, 2020, p. 7).

Para além da prática de escalada em rocha, com outras cosmovisões, como as indígenas brasileiras, podemos aprender também a escutar as montanhas, entender que não se tratam de um conjunto de minerais, como recursos naturais a serem explorados pelos seres humanos, mas entidades, que podemos e devemos contemplar, respeitar e coabitar. Que um rio não é um recurso hídrico, mas uma existência que fala e que precisamos escutar. Que uma floresta não é riqueza da humanidade, mas uma composição diversa, que produz pensamento e com quem nós, seres humanos, podemos aprender.

Para desenvolvermos esses estudos ecossomáticos, será de suma importância nos situarmos historicamente a partir do contexto colonial que vivemos e adentramos minimamente na complexa discussão dos modos de vida colocados na atualidade. Teremos que conhecer os movimentos sociais que reivindicam a necessária, mas até agora não cumprida, reforma agrária brasileira, assegurando ainda o direito indígena de demarcação de suas terras, para que seja feita uma reparação histórica de um território invadido e colonizado, que teve seus habitantes originários expulsos, exterminados e escravizados, e afrodescendentes capturados e tornados escravos nestas terras, para que, minimamente todos



tenham direito ao que é necessário para viver: habitar a terra. Mas também conhecer as propostas complementares de transformação das próprias cidades, para que deixem de ser antromas estéreis, privilegiando alguns poucos seres humanos, para se tornarem biomas, que agregam a diversidade de existências e modos de vida, com equidade e justiça social, permitindo também outras formas de vida mais que humanas.

Assim, com esta consciência, talvez poderemos partir para a ação. Ao buscar conhecer o rio mais próximo de nossas casas, por exemplo, e perceber que está soterrado, talvez tentar criar meios para libertá-lo. Ao buscar uma praça, bosque ou mata e não os encontrar, buscar formas de cultivar mais plantas, reflorestar os espaços e, principalmente, as mentes. Podemos tentar também batalhar por políticas públicas que visem esta transformação ecosocial.

Como artistas e educadores, não podemos ficar apartados das discussões correntes dentro dos diversos campos das humanidades, que pensam criticamente sobre os modos de vida, a história de nossos territórios e as possibilidades de transformação.

Considerações finais

A partir do panorama exposto, tendo dimensão do problema e permanecendo com ele, como aborda Donna Haraway (2023), para que consigamos criar capacidade de resposta frente aos desafios do Antropoceno, acreditamos que seja urgente criar um conjunto de pensamentos/ações ecológicos como parte do sistema de ensino brasileiro.

Necessitamos tomar consciência, primeiro, de que não somos um único ser, mas uma multidão de seres em relação. Somos o território em que vivem outros seres vivos. Ademais, que não vivemos sozinhos neste planeta Terra, pois fazemos parte de uma complexa rede biótica, e dentro desta diversidade de formas de existência, não somos melhores ou mais inteligentes do que qualquer outra. Somos seres *terrânicos*, ou seja, habitamos a Terra juntamente com outras formas de existência que pensam, sentem, criam e resistem há milhares de anos. No entanto, não parece possível pensar no Outro, para além de si mesmo, em um



ambiente hermético, que impede, justamente, a possibilidade de presença deste outro. Precisamos criar outros espaços de ensino-aprendizagem.

Na formação em artes corporais, a partir de uma visão ecocêntrica, em que se busca criar uma aliança entre a educação somática e a ecologia, o objetivo é trabalhar no sentido de desenvolver uma consciência de si que não fique destacada da consciência do outro e do espaço em que se vive. Nesse sentido, *Soma* é encarado como um corpo em vida, pertencente a um espaço dinâmico, em constante troca e relação.

Assim, acreditamos que a concepção de práticas ecossomáticas pode contribuir para o enfrentamento do colapso socioambiental, uma vez que se pauta na criação de um percurso de cuidados, conforme evoca Latour (2020a), para que possamos resgatar o sentimento de pertencimento ao mundo que vivemos, pois, como diria o autor: “não existe cura para o pertencimento ao mundo. Mas, pelo cuidado, é possível se curar da crença de que não se pertence ao mundo; que essa não é a questão essencial, que o que ocorre com o mundo não nos diz respeito” (Latour, 2020a, p. 31). Ou seja, pelo cuidado talvez possamos encontrar maneiras sábias e sensíveis de encarar a catástrofe para saber resistir à barbárie, conforme pondera Stengers (2015).

Para isso, percebemos que o trabalho deve se dar numa perspectiva transdisciplinar, como nomeia Anna Tsing (2019), pois os problemas que temos que enfrentar na atualidade exigem outras abordagens e sistematização do pensamento, menos pautados no racionalismo moderno e mais próximo das artes e dos saberes ancestrais, por exemplo, como sugere a ecologia de saberes de Boaventura de Sousa Santos (2002, 2007, 2010).

Como uma característica dessa faceta transdisciplinar para tentar lidar com os fenômenos complexos de um planeta superexplorado e sobrecarregado, Povinelli afirma que existe “um número crescente de geólogos e especialistas climáticos que estão convocando com urgência novos diálogos entre as ciências naturais, as ciências sociais, as filosofias, as humanidades e as artes” (Povinelli, 2023, p. 70).

Por conseguinte, se faz necessário um novo letramento: “cientistas, filósofos,



antropólogos, políticos, teóricos da política, historiadores, escritores e artistas devem unir seus saberes, desenvolvendo um grau de letramento mútuo e realizar a polinização cruzada de suas linguagens interrompidas” (Povinelli, 2023, p. 71). Assim, ao invés de ver a diferença entre as áreas, poderíamos nos questionar como seria ver a partir das semelhanças e daquilo que tinham em comum antes de serem apartadas.

Ponderamos que talvez este seja um chamado para sairmos de nossas salas de aula, programadas dentro de uma perspectiva hegemônica, para que possamos aprender em relação com outras realidades e modos de existência, ampliando nossos referenciais para além do humano. Sendo assim, para que possamos pensar, criar e fazer um futuro que não seja bárbaro e para que possamos lutar por outro mundo ou, ainda, fazê-lo existir, torna-se cada vez mais urgente repensarmos nossos currículos, abordagens metodológicas, planos de ensino e espaços de formação.

Portanto, este ensaio não se propôs a servir como receita ou modelo a ser seguido, mas como inspiração que pudesse motivar outros artistas, educadores e pessoas interessadas no tema, a agir de forma lúcida, sensível e integrada, saindo da inércia ou apatia. Desejou-se incentivar outras histórias e narrativas, pautadas na ecologia, de forma que os agentes pudessem procurar seus pares e estabelecer uma rede de criação conjunta e compartilhada.

Ademais, o presente texto objetivou agregar conhecimento acerca da ecossomática, que ainda é pouco estudada em território nacional e apresenta bibliografia escassa em língua portuguesa.

Referências

ANGUS, Ian. *Enfrentando o antropoceno: capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre*. Trad. Glenda Vicenzi e Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2023.

AWG. Anthropocene, Working Group. Disponível em: <https://quaternary.stratigraphy.org/working-groups/anthropocene>. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Acesso em: 16 set. 2025.

BRASIL. *Lei n. 14.926 de 17 julho de 2024*. Altera a Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidade a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14926.htm Acesso em: 16 set. 2025.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CLAVEL, Joanne; GINOT, Isabelle. Por uma Ecologia da Somática? *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, Porto Alegre, v. 5, n.1, p.85-100, jan./abr. 2015.

CLAVEL, Joanne; GINOT, Isabelle; BARDET, Marie. *Écosomatiques: penser l'écologie depuis le geste*. Éditions Deuxième époque, 2024.

COSTA, Flávia. *Tecnocene: algoritmo, biohackers y nuevas formas de vida*. Buenos Aires: Taurus, 2021.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. The “Antropocene”. *Global Change Newsletter*, n. 41, p. 17-18, maio 2000.

FORTIN, Sylvie. Nem do lado direito, nem do lado do avesso: o artista e suas modalidades de experiência de si e do mundo. In Wosniak, Cristiane; Marinho, Nirvana (org.). *O avesso do avesso do corpo – educação somática como práxis*. Joinville: Nova Letra, 2011, p. 25-44.

GIORGIO, Margherita De. Dando Forma ao Corpo Vivo: paradigmas do soma e da autoridade em escritos de Thomas Hanna. *Revista Brasileiro de Estudos da Presença*, Porto Alegre, v.5, n.1, p. 54-84, 2015.

GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. São Paulo: Papirus, 2012.

HANNA, Thomas. Clinical Education. In *SOMATICS: Magazine-Journal of the Bodily Arts and Sciences*, v.8, n. 1, 1990.

HANNA, Thomas. What is Somatics? *Journal of Behavioral Optometry*, v. 2, n.2, p.31-35, 1991.

HANNA, Thomas. *Somatics: reawakening the mind's control of movement, flexibility, and health*. New York: Da Capo Press, 2004.

HARAWAY, Donna. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. *Environmental Humanities*, v.6, p. 159-165, 2015.

HARAWAY, Donna; ISHIKAWA, Noboru; GILBERT, Scott F.; OLWIG, Kenneth; TSING, Anna L.; BOUBANDT, Nils. Anthropologists are talking – about the Anthropocene. *Ethnos*, v. 81, n. 3, p. 535-564, 2016.



HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. Trad. Ana Luiza Braga. São Paulo: N-1 edições, 2023.

KOHN, Eduardo. *Cómo piensan los bosques: hacia uma antropología más allá de lo humano*. Buenos Aires: Hekht, 2021.

KOLBERT, Elisabeth. *A sexta extinção: uma história não natural*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 43, 1994.

LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno*. São Paulo / Rio de Janeiro: Ubu Editora : Ateliê de Humanidades Editorial, 2020a.

LATOUR, Bruno. *Onde aterrар?* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: editora da UNICAMP, 2018.

MARQUES, Luiz. *O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência*. São Paulo: Elefante, 2023.

MILLÁS, Cláudia Regina Garcia. O corpo-em-fluxo na escalada em ambiente natural: possibilidades de emancipação. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 32, n. 63, p. 01-20, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e73972>.
Acesso em: 16 set. 2025.

MILLÁS, Cláudia Regina Garcia. Corpo-em-fluxo: conexões entre dança, educação e saúde. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v.25, e200376, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832021000100236&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 16 set. 2025.

MOORE, Jason W. (org.). *Antropoceno ou capitaloceno? A natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: elefante, 2022.

NELSON, Matthew. Embodied ecology: the eco-somatics of permaculture. *Choreographic Practices*, v. 9, n.1, 2018.

POVINELLI, Elizabeth A. *Geontologias: um réquiem para o liberalismo tardio*. São Paulo: Ubu editora, 2023.



PYNE, Stephen J. *Piroceno*: de como a humanidade criou uma idade do fogo e o que virá a seguir. Portugal: Livros Zigurate, 2023.

IPCC. *Sixth Assessment Report. The Pshysical Science Basis*. 2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/> Acesso em: 14 set. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das Emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 63, p.237-280, 2002. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1285> Acesso em: 16 maio 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, p. 3-46, outubro 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: por uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac&Naify, 2015.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

WALLA, Nala. *Body as place: somatic guide t ore-indigenization. Gaia Educations´s Ecovillage Designe Curriculum*, 2009.

WALLA, Nala. *Body as place: A somatic guide to re-indigenization*, in Martin Keogh (ed.), *Hope Beneath Our Feet: Restoring Our Place in the Natural World*, Berkeley, CA: North Atlantic Books, p. 150–157, 2010.

WALLA, Nala. *The farmer and the witch: replanting the seeds of indigeneity*. T&F, p.102-115, 2016.

Recebido em: 20/09/2025

Aprovado em: 11/11/2025